

2005_06_10

Setor critica política de subsídios via tarifa de energia

Especialistas classificam programa para baixa renda e sistema isolado como ineficientes. Governo vê na medida saída para permitir inclusão social

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Consumidor

10/6/2005

A política de concessão de subsídios via setor elétrico tem despertado debates sobre sua eficácia na proposta de inclusão social do governo. Para alguns, a política deve ser revista, enquanto o governo vê na prática uma forma de permitir o acesso à energia elétrica. Como destacado esta semana, no Fórum **CBIEE** - Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro, o subsídio tornou-se mais um peso na composição das tarifas, ajudando a inchar a carga tributária que recai sobre o setor. Segundo dados apresentados pela **Câmara Brasileira de Investidores de Energia Elétrica**, 37,71% da receita total do setor em 2004 (R\$ 78 bilhões), o equivalente a R\$ 29,414 bilhões, foram destinados para o pagamento de impostos.

Ainda de acordo com a **CBIEE**, os encargos sociais demandaram R\$ 1,420 bilhão, ou 1,82% da receita. A Conta de Consumo de Combustíveis arrecadou, ainda segundo a entidade, R\$ 2,683 bilhões - 3,44% da receita - enquanto a Conta de Desenvolvimento Energético, que financia a universalização da energia e garante recursos para subsidiar a baixa renda, arrematou R\$ 1,154 bilhão, 1,48% da receita total. Considerando a soma de CCC, CDE e encargos sociais, o valor atinge R\$ 5,257 bilhões - 6,74% da receita total e 17,87% dos R\$ 29,414 arrecadados com encargos. Em relação à CCC, em especial, a **CBIEE** destaca que o encargo passou de R\$ 653,28 milhões em 2000 para R\$ 3,155 bilhões em 2004.

Para José Márcio Camargo, sócio da Tendências Consultoria, a concessão de subsídios para moradores do norte do país é uma forma ineficiente de atender às necessidades da região, que possui elevado custo para implantação de projetos. O economista explicou que o aumento do preço da energia traz grandes impactos na economia do país pelo fato de ser um insumo básico para o funcionamento de outros setores produtivos. "Quando o preço da energia aumenta, outros custos também sobem, causando efeito na inflação a cada reajuste, o que impede, inclusive, a queda da taxa de juros", detalhou. Para o especialista, o governo tem dificuldade em taxar renda e propriedade e prefere taxar bens de consumo e produção, como a energia elétrica.

Recorrendo aos fundamentos da economia, Camargo acrescentou que em um curto prazo, o fator elasticidade-preço da energia é baixo. O economista frisou que

o impacto na inflação só acontece no momento do reajuste, mas ressaltou que fatores como mudanças de impostos e aplicação cada vez maior de subsídios resultam no chamado "preço relativo", alterando a estrutura da demanda. Para cada 20% de reajuste tarifário, segundo ele, há um crescimento de 4% nas despesas com eletricidade. "A longo prazo, esses 4% a mais significam menor giro na economia. Ou seja, o consumidor deixa de consumir outros produtos para pagar mais energia", analisou.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica, Luiz Carlos Guimarães, a lei de subvenções é mal-feita quando correlaciona demanda e baixa renda. Ele cita o exemplo do ICMS, que também incide sobre a tarifa de baixa renda. A Abradee propõe a criação de alíquotas diferenciadas de ICMS, cuja incidência seria baseada na faixa e na classe de consumo. Além disso, a entidade sugere a isonomia no trato dos impostos e a vedação da cobrança do ICMS para o segmento de baixa renda.

Guimarães e Camargo concordam que a baixa tarifa de energia, tanto para consumidores de baixa renda quanto para residentes nas regiões do Sistema Isolado, não beneficia o país como o imaginado. Eles entendem que o baixo custo serve de estímulo para o consumo alto, sem critérios, abrindo espaço para o desperdício no uso. "Com maior custo da energia no sistema interligado, há ainda o estímulo ao furto e as fraudes", destacou Guimarães. "O consumidor só gasta até onde ele pode pagar. Se ele tem energia quase de graça, ele gasta muito mais", disse Camargo.

Para o governo, a política aplicada é uma forma de inclusão social, considerando que a energia é um bem de primeira necessidade. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, admitiu que o uso de subsídios pelo governo pode não ser a melhor maneira de atender à baixa renda. "Realmente, a aplicação de subsídios pode não ser a melhor saída, mas prefiro ser ineficiente a ser injusto", disse. Tolmasquim, que exerceu a secretaria-executiva do MME e participou ativamente da construção do novo modelo para o setor de energia, ressaltou a dificuldade de evitar impactos na tarifa.

A criação de novos encargos e impostos e o reajuste de tributos existentes, PIS/Cofins, por exemplo, muitas vezes levou o ex-secretário do MME a extensas reuniões com a Fazenda para tentar minimizar impactos maiores. No entanto, o secretário afirmou que a criação de subsídios se dá pelo fato de o sistema elétrico nacional ser "cooperativo", no qual a interligação entre regiões permite a redução de custos com a construção de novas usinas.

Tolmasquim contou ainda que o governo não viu outra maneira de subsidiar os consumidores do Norte, local onde a renda média é uma das mais baixas do país. No entanto, Tolmasquim frisou que já está em pauta no Ministério a integração da região com o restante do país. Segundo ele, Manaus estará interligado ao Sistema até 2012, com a construção do gasoduto Coari-Manaus - que atenderá à expansão do sistema térmico previsto para a cidade.